

aprovada em maio

Política

Sarney prevê emenda

Sen.
2 • QUINTA-FEIRA, 5/4/84

Arquivo

A proposta de emenda constitucional que o presidente João Figueiredo enviará ao Congresso, provavelmente no próximo dia 18, deverá estar aprovada até o fim de maio, se houver entendimento do PDS com as oposições.

A previsão foi feita, pelo presidente do PDS, senador José Sarney, e pelo líder, deputado Nelson Marchezan, que fizeram separadamente tal prognóstico.

Sarney, Marchezan e o senador Aloísio Chaves se reuniram, ontem, mais uma vez, com o ministro chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, para examinar as centenas de sugestões que estão recebendo. O encontro foi prejudicado porque Marchezan teve de sair, mal ele começara, a fim de receber, na Câmara, o ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho. Eles confirmaram que, hoje ou amanhã, haverá novo encontro, mas nada revelaram sobre a adoção de novas emendas.

"A mensagem chega de 15 a 18. Dia 18 é boa data" — informou Marchezan, acrescentando: "O ideal seria a aprovação dela até maio". Ele admitiu redução da proposta:

"A ampliação da reforma talvez seja impossível por causa do problema do tempo".

"Se as oposições quiserem, em trinta dias, a emenda estará negociada e aprovada" — esclareceu Sarney.

O presidente do PDS não deu resposta esclarecedora às perguntas dos repórteres sobre a duração do mandato do futuro presidente da República:

"O presidente é quem vai decidir. Ele escolherá uma data que será base para negociações aqui no Congresso".

Sarney admitiu que, apesar da emenda estabelecer eleições diretas, em dois turnos, para o sucessor do próximo presidente, o segundo turno não será necessariamente direto. Ele explicou que é possível que o eleitorado brasileiro vote em todos os candidatos à presidência da República, no primeiro turno das eleições, mas que a maioria absoluta do Congresso eleja o presidente entre os dois candidatos mais votados. Assim, o segundo turno acabará sendo indireto.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, também prognosticou o envio da emenda governamental ao Congresso até o dia 18 deste mês, ou seja, depois da viagem que o presidente Figueiredo fará a Marrocos e Espanha.

A radicalização de setores do PDS contra as candidaturas do ministro do Interior, Mário Andreazza, e do deputado Paulo Maluf à presidência da República pode dividir irremediavelmente o partido e levá-lo à derrota no Colégio Eleitoral. A advertência tem sido feita pelo presidente João Figueiredo a senadores e deputados pedessistas que tem sido recebidos por ele.